

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.084.176 - SP (2017/0081623-5)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : BEATRICE CANHEDO DE ALMEIDA SERTORI - SP237975
AGRAVADO : DIMYAN DERTKIGIL
ADVOGADO : PAULO NOVAES - SP016778

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ITBI. BASE DE CÁLCULO. INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA LEGAL. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo Município de São Paulo contra decisão que inadmitiu seu recurso especial por considerar que a revisão pretendida encontra óbice na Súmula 280/STF (fls. 122-123).

O apelo nobre obstado enfrenta acórdão assim ementado (fl. 95):

EMENTA: Apelação. Mandado de Segurança. Base de cálculo do ITBI. Decreto nº 46.228/05. Base de cálculo definida por ato do executivo.

1. A lei municipal nº 11.154/91 institui o ITBI. Base de cálculo do tributo sobre valor venal do imóvel.

2. O valor venal para recolhimento do ITBI foi regulamentado pelo decreto municipal nº 46.228/05.

Apuração atribuída à Secretaria Municipal de Finanças.

Ausência de definição legal.

3. Violação ao princípio tributário da reserva legal. Artigo 150, I, CF e artigo 97, II e §1º, CTN.

Recurso não provido.

No apelo especial, a parte recorrente aduz afronta ao art. 38 do CTN, defendendo, em síntese, que "é de se salientar que as bases de cálculo do IPTU e do ITBI não são (e nem podem ser) idênticas. Isso porque, embora nomeadamente valor venal do imóvel, elas - apresentam sistemática **COMPLETAMENTE** distintas de lançamento. Por tal razão, a base de cálculo também não poderá ser a do valor venal do IPTU" (fl. 110).

Sem contrarrazões (fl. 117).

Juízo negativo de admissibilidade às fls. 122-123.

Neste agravo, defende a inaplicabilidade do óbice apontado na decisão

Agravada.

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 155-159.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até

então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (*Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016*).

Verifica-se que o Tribunal *a quo* dirimiu a controvérsia nos seguintes termos (fls. 96/98):

Os impetrantes requerem que seja admitido o recolhimento do tributo afastando-se a incidência do disposto no decreto municipal nº 46. 228/05, que foi reforçado pela referida lei, o que deve ser concedido, conforme entendeu o juízo de primeiro grau, prescindindo a matéria de dilação probatória.

[...]

No tocante ao mérito, os tributos somente podem ser criados ou majorados mediante lei, sob pena de violação ao princípio da legalidade tributária, previsto no artigo 150, inciso I, da Constituição Federal.

Todavia, no caso dos autos, a lei municipal nº 11.154/91, que dispõe sobre o imposto sobre transmissão de bens imóveis "inter vivos" é regulamentada pelo decreto municipal nº 46.228/05, que dispõe acerca da base de cálculo do imposto definindo como valor venal do imóvel o seu valor de mercado, ensejando alteração no referido tributo:

[...]

O aludido decreto, em seu artigo 8º, atribui ao Poder Executivo, especificamente à Secretaria Municipal de Finanças, a apuração de tal valor de mercado e sua publicação periódica, sem explanar quais critérios seriam utilizados para tanto.

Em relação ao decreto supramencionado, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo se manifestou em 16 de junho de 2010 nos autos de Arguição de Inconstitucionalidade nº 994.06.098335-3, suscitado por esta 15ª Câmara de Direito Público, reconhecendo sua inconstitucionalidade em razão da violação ao princípio tributário da reserva legal.

[...]

A lei municipal nº 14.256/06, que alterou a redação em parte da lei 11.154/91, não sanou a violação ao princípio da legalidade, uma vez que apenas transcreveu disposições do decreto e não definiu critérios para obtenção de valor venal, atribuiu, mais uma vez, a apuração de tal valor a ato do executivo em desrespeito, novamente, à legalidade tributária, conforme se depreende nos artigos introduzidos à lei anterior:

[...]

Mostra-se clara a violação ao princípio da legalidade tributária, uma vez que a base de cálculo do ITBI não pode depender de mero ato do Poder Executivo, sem os critérios definidos em lei. Deve-se observar o disposto na Constituição Federal e, especificamente, o disposto no artigo 97, inciso II e §1º do Código Tributário Nacional:

[...]

Portanto, forçoso reconhecer o direito líquido e certo de os impetrantes efetuarem o recolhimento do tributo conforme valor venal do referido imóvel determinado por estimativa para exação de IPTU, desde que superior ao valor da compra e venda.

Da leitura do excerto acima transcrito, infere-se que o acórdão recorrido encontra-se assentado na inconstitucionalidade do Decreto Municipal que instituiu nova base do cálculo do ITBI, bem como na legislação local (Leis 11.154/1991, 14.256/2006 e Decreto 46.228/2005, do Município de São Paulo), de modo que a sua desconstituição

encontra óbice no art. 102, III, da CF/88, que trata da competência exclusiva do STF e na Súmula 280/STF.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. ACÓRDÃO RECORRIDO FUNDAMENTADO EM MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF.

1. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, não cabe recurso especial contra acórdão fundamentado em matéria eminentemente constitucional.

2. A competência do Superior Tribunal de Justiça refere-se a matéria infraconstitucional. A discussão sobre preceitos da Constituição Federal cabe ao Supremo Tribunal Federal. Assim, inviável o exame do pleito da agravante, sob pena de análise de matéria cuja competência está afeta ao STF, nos termos do art. 102 da Constituição Federal.

Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1.507.113/SC, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 11/5/2015).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. REAJUSTE DE 28,86%. COMPENSAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ANÁLISE DE AFRONTA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. OFENSA AO ARTIGO 884 DO CÓDIGO CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ.

1. Não há falar em violação do art. 535 do CPC, porquanto não afronta tal dispositivo, tampouco nega prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adota fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia, conforme ocorreu no acórdão recorrido, não se podendo cogitar sua nulidade.

2. A via especial, destinada à uniformização da interpretação da legislação infraconstitucional, não se presta à análise de possível violação a dispositivos da Constituição da República.

3. A apontada afronta ao artigo 884 do Código Civil ressent-se do devido prequestionamento, já que sobre tal norma não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, a despeito da oposição de embargos declaratórios, o que atrai a incidência da Súmula 211/STJ.

4. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 150.952/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 11/3/2015).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS (ITBI). ATUALIZAÇÃO DOS VALORES VENAIIS DOS IMÓVEIS. LEI MUNICIPAL 14.256/2006 E DECRETO MUNICIPAL 46.228/2005. AFASTAMENTO DE SUAS REGRAS, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. MATÉRIA DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. O Tribunal de origem, por entender que eram ilegais os parâmetros estabelecidos no Decreto Municipal 46.228/2005 e na Lei 14.256/2006, para a fixação da base de cálculo do ITBI, determinou a adoção do critério previsto na Lei Municipal 11.154/91.

II. Assim, torna-se inviável, em Recurso Especial, o exame da matéria nele inserida, diante da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF, que dispõe: "Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

Nesse sentido: STJ, REsp 1.219.229/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/02/2014; AgRg no AREsp 475.774/SP, Rel. Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 1º/07/2015.

III. Agravo Regimental improvido (AgRg no AREsp 793.070/SP, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 17/3/2016).

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ITBI. BASE DE CÁLCULO. A DESPEITO DA ALEGAÇÃO DE AFRONTA A NORMAS FEDERAIS (ARTS. 38 E 148 DO CTN) NAS RAZÕES RECURSAIS, A CONTROVÉRSIA FOI DECIDIDA PELA CORTE ESTADUAL À LUZ DA INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL (DECRETO MUNICIPAL 46.228/2005; LEI MUNICIPAL 11.154/91; ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS). CONTUDO, É VEDADA A APRECIACÃO DE LITÍGIO DECIDIDO COM BASE EM DIREITO LOCAL, NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 280/STF. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. É inviável a reforma do julgado atacado em Recurso Especial quando sua fundamentação está baseada na interpretação de legislação local. Incidência da Súmula 280/STF.

2. Agravo Regimental do MUNICÍPIO DE SÃO PAULO a que se nega provimento (AgRg no AREsp 718.754/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 4/9/2015).

Ante o exposto, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator